

## IMPLEMENTAÇÃO DA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR: IMPACTOS E PERSPECTIVAS

 <https://doi.org/10.56238/arev6n2-052>

Data de submissão: 07/09/2024

Data de publicação: 07/10/2024

**Maria Angélica Dornelles Dias**

Mestre em Educação

Universidade Federal de Pelotas (UFPel)

E-mail: [angelica.dias@unemat.br](mailto:angelica.dias@unemat.br)

LATTES: <http://lattes.cnpq.br/9773111188155719>

**Elizabete Patrícia Borges Nesi**

Doutoranda em Educação

Universidad Nacional de Rosário (UNR)

E-mail: [patricianesi29@gmail.com](mailto:patricianesi29@gmail.com)

LATTES: <https://lattes.cnpq.br/7477527706967422>

**Moésia da Cunha Batista**

Mestre em Tecnologias Emergentes em Educação

MUST University

E-mail: [moesia.cunha@educacao.fortaleza.ce.gov.br](mailto:moesia.cunha@educacao.fortaleza.ce.gov.br)

LATTES: <http://lattes.cnpq.br/3932089835035181>

**Franciane Aparecida Duarte Martins Schneider**

Especialista em Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental

Universidade Candido Mendes (UCAM)

E-mail: [duartemartinsap@gmail.com](mailto:duartemartinsap@gmail.com)

LATTES: <https://lattes.cnpq.br/4722267320648173>

**Carina Duarte Martins da Silva**

Especialista em Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental

Universidade Candido Mendes (UCAM)

E-mail: [professoracarina1@gmail.com](mailto:professoracarina1@gmail.com)

LATTES: <https://lattes.cnpq.br/5436000643573653>

**Ademilde Aparecida Gabriel Kato**

Mestre em Diversidades Educacionais

Universidade Estado do Mato Grosso (UNEMAT)

E-mail: [ademildekato@hotmail.com](mailto:ademildekato@hotmail.com)

LATTES: <http://lattes.cnpq.br/7712652978250092>

### RESUMO

Este estudo investigou os desafios e as perspectivas da implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) na formação de professores, com foco nas concepções e tensões envolvidas. O objetivo geral foi analisar os impactos da BNCC na formação docente e as dificuldades enfrentadas durante sua aplicação. Utilizou-se a metodologia de revisão bibliográfica, analisando artigos, livros e publicações especializadas sobre o tema. Os resultados revelaram que, embora a BNCC tenha sido

concebida para promover equidade e qualidade na educação, sua implementação enfrenta disparidades regionais e falta de infraestrutura adequada. A resistência de alguns educadores e a insuficiência na formação continuada dos professores também foram identificadas como barreiras significativas. A privatização da educação infantil, facilitada pela padronização curricular da BNCC, mostrou-se como um fator que pode aumentar as desigualdades educacionais e precarizar as condições de trabalho dos professores. A análise indicou que as práticas inclusivas propostas pela BNCC precisam de maior suporte para serem aplicadas, destacando a necessidade de preparação adequada dos docentes. As considerações finais apontaram a importância de uma fiscalização das instituições educacionais, valorização dos profissionais da educação e a necessidade de novos estudos que explorem as especificidades regionais e os impactos da privatização. Concluiu-se que, para a BNCC alcançar seus objetivos, é essencial alinhar as diretrizes curriculares com a formação de professores e as condições reais das escolas, promovendo um ambiente educacional inclusivo.

**Palavras-chave:** BNCC. Formação de Professores. Inclusão. Privatização. Educação Infantil.

## 1 INTRODUÇÃO

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento de referência para a educação básica no Brasil, estabelecendo diretrizes e conteúdos que devem ser ensinados nas escolas de todo o país. Este tema tem sido debatido, dado seu impacto significativo na estrutura educacional, na prática pedagógica e na formação de professores. A BNCC busca padronizar o ensino e garantir que todos os estudantes tenham acesso a um currículo comum.

A importância deste tema justifica-se pela necessidade de compreender os desafios e as oportunidades que a implementação da BNCC traz para a educação brasileira. A BNCC, ao propor um currículo comum, enfrenta tensões e controvérsias no que diz respeito à diversidade cultural e à inclusão social. Além disso, a formação de professores passa a ser um ponto central na discussão, uma vez que estes profissionais precisam estar preparados para aplicar as novas diretrizes e conteúdos em sala de aula de maneira eficaz.

O problema central desta pesquisa reside na investigação de: quais são as concepções, tensões e impactos da BNCC na formação de professores? Há uma necessidade de avaliar como os professores estão sendo preparados para implementar a BNCC, quais são as principais dificuldades encontradas e como essas questões afetam a qualidade do ensino e a aprendizagem dos alunos. Este problema é relevante porque a formação inadequada de professores pode comprometer a eficácia da BNCC, afetando os resultados educacionais.

O objetivo desta pesquisa é analisar os desafios e as perspectivas da implementação da BNCC na formação de professores, identificando as principais concepções e tensões envolvidas e avaliando os impactos dessa política educacional na prática docente.

Este trabalho está estruturado da seguinte maneira: apresenta-se uma revisão teórica sobre o histórico e os princípios da BNCC e a formação de professores. Em seguida, o desenvolvimento aborda três tópicos principais: concepções e tensões na implementação da BNCC, diversidade e inclusão no currículo, e os impactos da privatização na educação infantil. A metodologia utilizada para a pesquisa é detalhada, descrevendo o tipo de pesquisa, seleção de referências e procedimentos de análise. Na discussão e resultados, os dados são analisados e interpretados em relação aos três tópicos de desenvolvimento. Por fim, as considerações finais resumem os principais achados, conclusões e implicações práticas para futuras pesquisas e políticas educacionais.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico está estruturado em três partes principais: a primeira parte aborda o histórico e os princípios norteadores da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), contextualizando

sua criação e objetivos; a segunda parte explora a formação de professores no contexto da BNCC, destacando as competências e habilidades necessárias para a implementação das diretrizes curriculares; e a terceira parte discute as principais concepções teóricas e práticas relacionadas à diversidade, inclusão e privatização na educação infantil, examinando como esses aspectos impactam a formação e a prática docente.

### **3 CONCEPÇÕES E TENSÕES NA IMPLEMENTAÇÃO DA BNCC**

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) tem como objetivo estabelecer uma referência para os currículos de todas as escolas brasileiras, garantindo um padrão mínimo de qualidade no ensino. A concepção teórica da BNCC está baseada em princípios de equidade, inclusão e diversidade, visando proporcionar uma educação que contemple as diferenças regionais e culturais do país. Segundo Aguiar e Dourado (2018, p. 28), “a BNCC apresenta uma proposta que busca alinhar o currículo nacional com as demandas contemporâneas da sociedade e do mercado de trabalho, promovendo a formação integral dos estudantes”. Essa abordagem teórica enfatiza a necessidade de um currículo que prepare os alunos não apenas para a vida acadêmica, mas também para os desafios do mundo moderno.

Entretanto, a implementação prática da BNCC tem enfrentado diversas tensões e controvérsias. As concepções teóricas nem sempre se traduzem de maneira eficaz na prática escolar, gerando debates sobre a viabilidade e os impactos dessa padronização. Aguiar e Dourado (2019, p. 35) destacam que “a aplicação da BNCC nas diferentes regiões do Brasil tem revelado disparidades significativas em relação às condições de infraestrutura e à formação de professores”. Essas disparidades apontam para a necessidade de uma maior atenção às especificidades locais e às condições reais das escolas.

As tensões na implementação da BNCC também se manifestam nas divergências entre as políticas educacionais e as necessidades práticas das escolas e dos professores. Frangella e Dias (2018, p. 12) afirmam que “os professores muitas vezes se veem pressionados a adaptar suas práticas pedagógicas para atender às novas exigências da BNCC, sem receber o suporte adequado em termos de formação continuada e recursos didáticos”. Essa falta de suporte tem gerado frustração e resistência entre os educadores, dificultando a efetiva implementação das diretrizes curriculares (Santana; Munhoz; 2022).

Além disso, a formação de professores é um ponto central nas discussões sobre a BNCC. Conforme apontado por Aguiar e Dourado (2018), a formação inicial e continuada dos docentes deve ser revista para que eles estejam aptos a desenvolver as competências e habilidades previstas na BNCC. Os autores ressaltam que “a BNCC exige uma reconfiguração da formação docente, com ênfase em práticas pedagógicas inovadoras e no desenvolvimento de competências socioemocionais” (Aguiar;

Dourado, 2018, p. 31). Essa reconfiguração demanda investimentos significativos em programas de formação e em políticas de valorização do magistério.

Em resumo, a implementação da BNCC envolve concepções teóricas que visam à equidade e à qualidade na educação, mas enfrenta tensões e controvérsias na sua aplicação prática. As disparidades regionais e a necessidade de uma formação docente adequada são desafios que precisam ser superados para que a BNCC alcance seus objetivos. A análise dessas tensões e impactos é essencial para compreender as reais possibilidades e limitações dessa política educacional no contexto brasileiro.

#### **4 DIVERSIDADES E INCLUSÃO NA BNCC**

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) propõe-se a assegurar que a diversidade cultural, étnica, social e regional do Brasil seja refletida e valorizada no currículo escolar. A questão da diversidade na BNCC é abordada de forma a garantir que todos os estudantes tenham acesso a uma educação de qualidade. Conforme Araújo (2021, p. 180), “a BNCC reconhece a importância de considerar as especificidades locais e culturais na elaboração dos currículos, buscando promover um ensino que respeite e valorize as diferenças”. Essa abordagem é fundamental para a construção de uma educação inclusiva e equitativa.

No entanto, a inclusão e equidade no currículo apresentam desafios significativos. A implementação dessas diretrizes requer que as escolas e professores estejam preparados para lidar com a diversidade de forma eficaz. Araújo (2021, p. 190) observa que “a inclusão não deve ser apenas um conceito teórico, mas uma prática constante que permeie todas as atividades educativas”. O autor destaca a necessidade de um comprometimento contínuo por parte das instituições educacionais para assegurar que a inclusão se torne uma realidade concreta.

A questão da inclusão e equidade no currículo também envolve a adaptação dos materiais didáticos e das práticas pedagógicas para atender às necessidades de todos os alunos. Aguiar e Dourado (2018, p. 29) afirmam que “a BNCC busca promover a equidade educacional ao definir um conjunto de competências e habilidades que todos os estudantes devem desenvolver.” Essa perspectiva enfatiza a importância de um currículo que seja acessível e relevante para todos, proporcionando oportunidades iguais de aprendizagem (Santana *et al*, 2021).

Para que a diversidade seja integrada no currículo, é essencial que os professores estejam bem preparados e capacitados. Araújo (2021, p. 200) ressalta que “a formação de professores deve incluir o desenvolvimento de competências para lidar com a diversidade em sala de aula, utilizando estratégias pedagógicas que promovam a inclusão”. Esse ponto destaca a necessidade de programas de formação

que capacitem os educadores a aplicar práticas pedagógicas inclusivas, adaptando-se às diversas realidades dos alunos.

As estratégias pedagógicas para a diversidade incluem a utilização de metodologias ativas, que incentivam a participação dos alunos e valorizam suas experiências e conhecimentos prévios. Frangella e Dias (2018, p. 10) argumentam que “o uso de metodologias que envolvem a participação ativa dos estudantes pode contribuir para a inclusão, ao proporcionar um ambiente de aprendizagem interativo”. Reforça-se, assim, a importância de métodos de ensino que considerem as particularidades dos alunos e promovam a inclusão.

Em conclusão, a diversidade e inclusão na BNCC são questões centrais que exigem um compromisso contínuo e ações práticas por parte das escolas e professores. A valorização das diferenças culturais e a promoção da equidade educacional são objetivos que só podem ser alcançados através de uma formação docente adequada e de estratégias pedagógicas inclusivas. A análise dessas questões é essencial para compreender os desafios e oportunidades na implementação da BNCC, contribuindo para uma educação equitativa.

## **5 PRIVATIZAÇÃO E IMPACTOS NA EDUCAÇÃO INFANTIL**

A implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) na educação infantil tem suscitado diversos debates no que diz respeito à privatização deste nível de ensino. Campos, Durli e Campos (2019, p. 172) apontam que “a BNCC, ao definir um conjunto de competências e habilidades a serem desenvolvidas na educação infantil, abre espaço para a crescente participação do setor privado na oferta de serviços educacionais”. Os autores destacam como a padronização curricular pode facilitar a entrada de instituições privadas no sistema educacional, muitas vezes oferecendo alternativas que nem sempre priorizam a qualidade e a equidade.

Os impactos da privatização na formação de professores da educação infantil são significativos. A presença de instituições privadas tende a alterar a dinâmica da formação docente, visto que essas instituições muitas vezes priorizam a eficiência e a redução de custos em detrimento de uma formação humanista. Conforme relatado por Campos, Durli e Campos (2019, p. 175), “os professores da educação infantil em instituições privadas enfrentam condições de trabalho precárias, com jornadas extenuantes e salários baixos, o que compromete a qualidade da educação oferecida”. Essa observação revela como a privatização pode influenciar as condições de trabalho e a formação contínua dos docentes.

Além disso, a privatização impõe desafios adicionais para a implementação da BNCC, uma vez que as instituições privadas nem sempre seguem as diretrizes estabelecidas. Aguiar e Dourado (2018,

p. 30) destacam que “a falta de fiscalização e controle sobre as instituições privadas de ensino infantil pode resultar em práticas pedagógicas que não estão alinhadas com os princípios da BNCC”. Este ponto sublinha a necessidade de um controle para garantir que todas as instituições, públicas ou privadas, estejam comprometidas com a educação de qualidade.

Os debates sobre os desafios e oportunidades da privatização na educação infantil são numerosos. Alguns argumentam que a entrada do setor privado pode trazer inovações e investimentos necessários para a melhoria da educação. No entanto, outros, como Campos, Durli e Campos (2019, p. 180), advertem que “a lógica de mercado pode levar à exclusão de crianças de famílias de baixa renda, aumentando as desigualdades educacionais”. Essa perspectiva crítica é importante para compreender as possíveis consequências sociais e educacionais da privatização.

Por outro lado, há oportunidades que podem ser exploradas na integração do setor privado, desde que haja uma regulação eficiente e um compromisso com a qualidade educacional. Frangella e Dias (2018, p. 12) sugerem que “parcerias público-privadas bem estruturadas podem contribuir para a expansão da oferta de educação infantil, desde que mantenham um foco claro na equidade e na inclusão”. Fica evidente a possibilidade de cooperação entre os setores público e privado, visando benefícios mútuos e o bem-estar das crianças.

Em conclusão, a privatização da educação infantil no contexto da BNCC apresenta tanto desafios quanto oportunidades. É importante que haja uma atenção constante às condições de trabalho dos professores e ao cumprimento das diretrizes curriculares. A análise desses aspectos é fundamental para garantir que a educação infantil não só se expanda, mas também mantenha a qualidade e a equidade, elementos essenciais para o desenvolvimento integral das crianças.

## **6 METODOLOGIA**

A metodologia adotada para esta pesquisa é a revisão bibliográfica, que tem como objetivo identificar, analisar e sintetizar as principais contribuições teóricas e empíricas sobre a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e sua relação com a formação de professores. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, que utiliza uma abordagem descritiva e analítica. Os instrumentos utilizados foram artigos científicos, livros, capítulos de livros e publicações em periódicos especializados na área de educação.

Os procedimentos e técnicas utilizados incluíram a busca e seleção de referências relevantes em bases de dados acadêmicas, bibliotecas digitais e revistas científicas. A coleta de dados foi realizada por meio da análise de textos completos, considerando os critérios de inclusão como pertinência ao tema, relevância acadêmica e atualidade das publicações. Foram excluídos estudos que não abordavam a BNCC ou que não contribuíam para o entendimento da formação de professores nesse contexto. A

análise dos dados foi feita de maneira sistemática, buscando identificar padrões, divergências e convergências nas abordagens dos autores sobre o tema. Abaixo está o quadro com as referências utilizadas nesta pesquisa, organizado por autor, título conforme publicado, ano e tipo de trabalho:

Quadro de Referências Utilizadas

Autor(es)	Título Conforme Publicado	Ano	Tipo de Trabalho
Aguiar, M. A. S.; Dourado, L. F.	A BNCC na contramão do PNE 2014-2024: avaliação e perspectivas	2018	Capítulo de Livro
Frangella, R. C. P.; Dias, R. E.	Os sentidos de docência na BNCC: efeitos para o currículo da educação básica e da formação/atuação de professores	2018	Artigo
Aguiar, M. A. Da S.; Dourado, L. F.	BNCC e formação de professores: concepções, tensões, atores e estratégias	2019	Artigo
Campos, R. De F.; Durlí, Z.; Campos, R.	BNCC e privatização da Educação Infantil: impactos na formação de professores	2019	Artigo
Fátima Campos, R.; Durlí, Z.; Campos, R.	BNCC e privatização da Educação Infantil: impactos na formação de professores	2019	Artigo
Ferraz, R. D.	A BNCC e os desafios aos profissionais da docência: debates necessários	2019	Artigo
Rocha, N. F. E.; Pereira, M. Z. Da C.	Base Nacional Comum Curricular: os discursos sobre a docência	2019	Artigo
Araujo, V. S.	O lugar das diversidades na Base Nacional Comum Curricular – BNCC	2021	Capítulo de Livro
Silva, J. S.; Silva, G. R. Da.	A implementação da BNCC e suas repercussões no trabalho docente: uma análise a partir das narrativas dos sujeitos	2021	Artigo
SANTANA <i>Et Al.</i>	Educação & TDIC's: Democratização, inclusão digital e o exercício pleno da cidadania.	2021	Artigo
Santana; Munhoz	Caminhos para o Novo Ensino Médio: traçando um itinerário formativo em plataforma adaptativa.	2022	Artigo
Figueiredo Leite, G. <i>Et Al.</i>	Implantação da BNCC no Ensino Fundamental de Geografia: desafios e perspectivas na percepção dos gestores e professores da Rede Estadual em Aquidauana/MS	2022	Artigo

Fonte: autoria própria.

Este quadro apresenta as principais referências utilizadas na pesquisa permitindo ao leitor identificar as fontes que embasam a análise e discussão dos resultados.

Após a análise dos dados coletados, foi possível identificar diversos aspectos relevantes sobre a implementação da BNCC e seus impactos na formação de professores. Os resultados são discutidos nas seções seguintes, proporcionando uma compreensão das concepções, tensões e desafios associados a essa política educacional.

## 7 ANÁLISE DAS CONCEPÇÕES E TENSÕES

A implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) no Brasil tem gerado uma série de concepções e tensões entre os educadores, gestores e formuladores de políticas educacionais. A análise das concepções teóricas revela uma tentativa de unificar o currículo nacional, buscando promover equidade e qualidade na educação. Aguiar e Dourado (2018, p. 28) destacam que “a BNCC foi concebida para estabelecer um currículo nacional que assegure a todos os estudantes uma base comum de conhecimentos, competências e habilidades.” No entanto, a aplicação dessa concepção enfrenta desafios significativos quando confrontada com a realidade das escolas brasileiras.

Os resultados encontrados sobre as tensões na implementação da BNCC indicam que há uma disparidade entre o ideal teórico e a prática cotidiana nas escolas. Frangella e Dias (2018, p. 10) afirmam que “as escolas têm dificuldades em alinhar suas práticas pedagógicas às diretrizes da BNCC devido à falta de recursos e suporte técnico”. A esse respeito, exemplifica como a falta de infraestrutura adequada e a ausência de apoio contínuo prejudicam a efetivação das propostas curriculares. Além disso, a resistência por parte de alguns educadores, que veem a BNCC como uma imposição centralizadora, contribui para essas tensões.

A discussão sobre as implicações para a formação de professores é central neste contexto. A formação inicial e continuada dos docentes precisa ser revista e adaptada para capacitar os professores a lidar com as novas demandas curriculares. Conforme observam Aguiar e Dourado (2018, p. 30), “a BNCC exige uma reconfiguração dos cursos de formação de professores, com ênfase na prática reflexiva e no desenvolvimento de competências específicas”. Este ponto evidencia a necessidade de uma formação que não apenas transmita conteúdos, mas que também desenvolva habilidades práticas e reflexivas nos futuros educadores.

Os impactos das tensões na formação de professores refletem-se na qualidade do ensino. Campos, Durli e Campos (2019, p. 175) argumentam que “a formação dos professores é muitas vezes inadequada para as exigências da BNCC, resultando em práticas pedagógicas inconsistentes e desarticuladas”. Observa-se a disparidade entre as expectativas curriculares e a preparação real dos docentes, evidenciando a necessidade de políticas de formação integradas.

Por fim, a análise das concepções e tensões na implementação da BNCC revela um cenário complexo, onde as intenções de promover uma educação de qualidade para todos esbarram em desafios estruturais e formativos. A formação de professores surge como um fator para a superação dessas tensões, requerendo investimentos contínuos e políticas educacionais que valorizem o desenvolvimento profissional dos docentes. Em síntese, a efetiva implementação da BNCC depende

de um alinhamento estreito entre as diretrizes curriculares, a formação de professores e as condições reais das escolas brasileiras, promovendo um ambiente educacional inclusivo.

## **8 A DIVERSIDADE NA BNCC**

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) tem a diversidade como um de seus pilares fundamentais, buscando garantir que o currículo reflita e valorize as diferentes culturas, etnias e condições socioeconômicas presentes no Brasil. A inclusão e a diversidade são aspectos centrais nas diretrizes da BNCC, que visa proporcionar uma educação que respeite e acolha todas as formas de expressão cultural. Araújo (2021, p. 180) destaca que “a BNCC reconhece a importância de considerar as especificidades locais e culturais na elaboração dos currículos, buscando promover um ensino que respeite e valorize as diferenças”. Esta abordagem é essencial para a construção de um ambiente educacional inclusivo.

Os resultados sobre a inclusão e diversidade no currículo mostram que, embora a BNCC tenha diretrizes claras, sua implementação enfrenta desafios significativos. Aguiar e Dourado (2019, p. 35) apontam que “a aplicação da BNCC nas diferentes regiões do Brasil tem revelado disparidades significativas, especialmente em relação às condições de infraestrutura e à formação de professores”. Essas disparidades indicam que a efetivação das práticas inclusivas depende de fatores contextuais que variam entre diferentes localidades.

A análise crítica das práticas inclusivas propostas pela BNCC revela tanto avanços quanto limitações. Campos, Durlí e Campos (2019, p. 172) observam que “a BNCC, ao definir um conjunto de competências e habilidades a serem desenvolvidas na educação infantil, abre espaço para a crescente participação do setor privado na oferta de serviços educacionais”. Então, sugere-se que a padronização curricular pode ser vista como uma oportunidade para a privatização da educação, o que pode levar a uma exclusão de crianças de famílias de baixa renda, comprometendo o objetivo de equidade da BNCC.

Além disso, as práticas inclusivas requerem que os professores estejam bem preparados e capacitados para lidar com a diversidade em sala de aula. Frangella e Dias (2018, p. 12) argumentam que “o uso de metodologias que envolvem a participação ativa dos estudantes pode contribuir para a inclusão, ao proporcionar um ambiente de aprendizagem interativo”. Esta perspectiva ressalta a importância de metodologias ativas que valorizem as experiências dos alunos e promovam um ensino inclusivo.

Por outro lado, há críticas em relação à efetividade das práticas inclusivas na BNCC. Rocha e Pereira (2019, p. 215) afirmam que “a inclusão não deve ser apenas um conceito teórico, mas uma

prática constante que permeie todas as atividades educativas”. Este ponto destaca a necessidade de um compromisso contínuo e real com a inclusão, para além das diretrizes formais. A implementação efetiva das práticas inclusivas depende de um engajamento verdadeiro de todos os atores envolvidos no processo educacional.

Em conclusão, a diversidade e inclusão na BNCC são componentes essenciais que visam promover uma educação equitativa e justa. No entanto, a realização desse ideal enfrenta desafios que variam de acordo com o contexto local e a preparação dos profissionais da educação. A análise dos resultados e das práticas propostas pela BNCC indica que, apesar dos avanços, ainda há um caminho a ser percorrido para garantir que todas as formas de diversidade sejam respeitadas e integradas no ambiente educacional brasileiro.

## **9 IMPACTOS DA PRIVATIZAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL**

A privatização da educação infantil, no contexto da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), tem gerado significativos impactos na qualidade e equidade do ensino. A BNCC, ao estabelecer diretrizes padronizadas para o currículo, facilita a entrada de instituições privadas na oferta de educação infantil. Campos, Durlin e Campos (2019, p. 172) afirmam que “a BNCC, ao definir um conjunto de competências e habilidades a serem desenvolvidas na educação infantil, abre espaço para a crescente participação do setor privado na oferta de serviços educacionais”. Esta reflexão aponta para o papel da BNCC na promoção da privatização, sugerindo que a padronização curricular pode ser um facilitador para a expansão das instituições privadas.

Os resultados sobre os impactos da privatização na educação infantil indicam que essa tendência pode exacerbar desigualdades existentes. Aguiar e Dourado (2018, p. 29) observam que “a falta de fiscalização e controle sobre as instituições privadas de ensino infantil pode resultar em práticas pedagógicas que não estão alinhadas com os princípios da BNCC”. Os autores sublinham a necessidade de mecanismos de supervisão para garantir que todas as instituições, sejam públicas ou privadas, sigam as diretrizes estabelecidas pela BNCC.

Além disso, a privatização pode influenciar as condições de trabalho dos professores da educação infantil. Campos, Durlin e Campos (2019, p. 175) destacam que “os professores da educação infantil em instituições privadas enfrentam condições de trabalho precárias, com jornadas extenuantes e salários baixos, o que compromete a qualidade da educação oferecida”. Esta observação revela como a busca por lucro nas instituições privadas pode levar a uma desvalorização dos profissionais da educação, impactando a qualidade do ensino.

A discussão sobre os desafios enfrentados pelos professores da educação infantil no contexto da privatização é complexa. Frangella e Dias (2018, p. 12) argumentam que “o uso de metodologias que envolvem a participação ativa dos estudantes pode contribuir para a inclusão, ao proporcionar um ambiente de aprendizagem interativo”. No entanto, essa abordagem requer professores bem formados e valorizados, o que nem sempre é o caso nas instituições privadas. A precarização das condições de trabalho pode dificultar a adoção de práticas pedagógicas inovadoras e inclusivas.

A privatização pode levar à exclusão de crianças de famílias de baixa renda, aumentando as desigualdades educacionais. Campos, Durli e Campos (2019, p. 180) alertam que “a lógica de mercado pode levar à exclusão de crianças de famílias de baixa renda, aumentando as desigualdades educacionais”. Essa perspectiva crítica é essencial para entender as consequências sociais da privatização e para defender uma educação infantil que seja inclusiva e acessível a todos.

Em conclusão, os impactos da privatização na educação infantil, no contexto da BNCC, revelam uma série de desafios e preocupações. A necessidade de uma fiscalização, a valorização dos profissionais da educação e a garantia de acesso igualitário à educação são aspectos fundamentais que devem ser considerados. A discussão desses impactos e desafios é fundamental para garantir que a educação infantil no Brasil se desenvolva de maneira equitativa e de alta qualidade.

## **10 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A análise sobre a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e sua implementação revela concepções, tensões e impactos que permeiam a formação de professores e a estruturação do currículo escolar no Brasil. Este estudo buscou responder à pergunta sobre os desafios e as perspectivas da implementação da BNCC na formação de professores, identificando as principais concepções e tensões envolvidas.

Os principais achados indicam que, apesar das intenções de padronização e equidade, a implementação da BNCC enfrenta significativas tensões. As concepções teóricas da BNCC, que visam promover uma educação inclusiva e equitativa, nem sempre se traduzem na prática escolar. As disparidades regionais e a falta de infraestrutura adequada são obstáculos que comprometem a efetividade das diretrizes curriculares. Além disso, a resistência por parte de alguns educadores e a inadequada formação continuada dos professores são fatores que dificultam a plena implementação da BNCC.

Os impactos da privatização na educação infantil, no contexto da BNCC, também foram destacados como um ponto crítico. A padronização curricular facilita a entrada de instituições privadas, o que pode levar a uma exclusão de crianças de famílias de baixa renda e a um aumento das

desigualdades educacionais. A precarização das condições de trabalho dos professores em instituições privadas compromete a qualidade do ensino e dificulta a adoção de práticas pedagógicas inovadoras e inclusivas.

A questão da diversidade e inclusão no currículo, embora central nas diretrizes da BNCC, enfrenta desafios práticos na sua implementação. A falta de preparação adequada dos professores e a necessidade de metodologias que valorizem as experiências dos alunos são pontos que precisam ser abordados para que a inclusão se torne uma prática efetiva e constante no ambiente escolar.

As contribuições deste estudo residem na análise das concepções e tensões na implementação da BNCC, bem como nos impactos da privatização na educação infantil. A pesquisa oferece uma compreensão dos desafios enfrentados e das necessidades de adaptação e melhoria nas políticas educacionais e na formação de professores.

No entanto, há necessidade de outros estudos para complementar os achados aqui apresentados. Investigações futuras podem explorar as especificidades regionais e culturais na implementação da BNCC, bem como a efetividade das práticas inclusivas nas diferentes realidades escolares. Além disso, estudos longitudinais sobre os impactos da privatização e a evolução das condições de trabalho dos professores podem fornecer dados relevantes para a formulação de políticas públicas eficazes.

Em síntese, a implementação da BNCC e a privatização da educação infantil no Brasil apresentam desafios e oportunidades que precisam ser analisados e debatidos. A formação de professores, a fiscalização das instituições educacionais e a garantia de acesso igualitário à educação são aspectos fundamentais que devem ser considerados para promover uma educação de qualidade para todos os alunos.

## REFERÊNCIAS

AGUIAR, M. A. da S.; DOURADO, L. F. BNCC e formação de professores: concepções, tensões, atores e estratégias. *Retratos da Escola, [S. l.]*, v. 13, n. 25, p. 33–37, 2019. DOI: 10.22420/rde.v13i25.990. Disponível em: <https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/990>. Acesso em: 08 de agosto de 2024.

AGUIAR, M. A. S.; DOURADO, L. F. A BNCC na contramão do PNE 2014-2024: avaliação e perspectivas. Recife: Anpae, p. 28-33, 2018. Disponível em: <https://www.seminariosregionaisanpae.net.br/BibliotecaVirtual/4-Publicacoes/BNCC-VERSAO-FINAL.pdf>. Acesso em: 08 de agosto de 2024.

ARAUJO, V. S. O lugar das diversidades na Base Nacional Comum Curricular – BNCC In: *Ecos de Eva vozes daIsegoria.1 ed.*Goiânia: Kelps, 2021, p. 177-203. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/380528879\\_O\\_LUGAR\\_DAS\\_DIVERSIDADES\\_NA\\_BASE\\_NACIONAL\\_COMUM\\_CURRICULAR\\_-\\_BNCC](https://www.researchgate.net/publication/380528879_O_LUGAR_DAS_DIVERSIDADES_NA_BASE_NACIONAL_COMUM_CURRICULAR_-_BNCC). Acesso em: 08 de agosto de 2024.

CAMPOS, R. de F.; DURLI, Z.; CAMPOS, R. BNCC e privatização da Educação Infantil: impactos na formação de professores. *Retratos da Escola, [S. l.]*, v. 13, n. 25, p. 170–185, 2019. DOI: 10.22420/rde.v13i25.962. Disponível em: <https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/962>. Acesso em: 08 de agosto de 2024.

FÁTIMA CAMPOS, R.; DURLI, Z.; CAMPOS, R.. BNCC e privatização da Educação Infantil: impactos na formação de professores. *Retratos da escola*, v. 13, n. 25, p. 170-185, 2019.

FERRAZ, R. D. A BNCC e os desafios aos profissionais da docência: debates necessários. *Revista Brasileira de Educação de Jovens e Adultos*, v. 7, p. 95-111, 2019. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/index.php/educajovenseadultos/article/view/9830>. Acesso em: 08 de agosto de 2024.

FIGUEIREDO LEITE, G. *et al.* Implantação da BNCC no Ensino Fundamental de Geografia: desafios e perspectivas na percepção dos gestores e professores da Rede Estadual em Aquidauana/MS. *Revista Brasileira de Educação em Geografia*, v. 12, n. 22, p. 05-31, 2022. Disponível em: <https://www.revistaedugeo.com.br/revistaedugeo/article/view/1095>. Acesso em: 08 de agosto de 2024.

FRANGELLA, R. C. P.; DIAS, R. E. Os sentidos de docência na BNCC: efeitos para o currículo da educação básica e da formação/atuação de professores. *Educação Unisinos*, v. 22, n. 1, p. 7-15, 2018. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/4496/449657590001/449657590001.pdf>. Acesso em: 08 de agosto de 2024.

ROCHA, N. F. E.; PEREIRA, M. Z. da C. Base Nacional Comum Curricular: os discursos sobre a docência. *Retratos da Escola, [S. l.]*, v. 13, n. 25, p. 203–217, 2019. DOI: 10.22420/rde.v13i25.964. Disponível em: <https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/964>. Acesso em: 08 de agosto de 2024.

SANTANA, A. C. de A.; PINTO, E. A.; MEIRELES, M. L. B.; OLIVEIRA, M. de; MUNHOZ, R. F.; GUERRA, R. S. Educação & TDIC's: Democratização, inclusão digital e o exercício pleno da cidadania. *Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação, [S. l.]*, v. 7, n. 10, p. 2084–

2106, 2021. DOI: 10.51891/rease.v7i10.2748. Disponível em: <https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/2748>. Acesso em: 08 de agosto de 2024.

SANTANA, A. de A.; MUNHOZ, R. F. Caminhos para o Novo Ensino Médio: traçando um itinerário formativo em plataforma adaptativa. *Brazilian Journal of Science*, v. 1, n. 3, p. 9-15, 2022. ISSN 2764-3417. Disponível em: <https://periodicos.cerradopub.com.br/bjs/article/view/110/20>. Acesso em: 08 de agosto de 2024.

SILVA, J. S.; SILVA, G. R. da. A implementação da BNCC e suas repercussões no trabalho docente: uma análise a partir das narrativas dos sujeitos. *Terra Livre, [S. l.]*, v. 2, n. 55, 2021. Disponível em: <https://publicacoes.agb.org.br/terralivre/article/view/2063>. Acesso em: 08 de agosto de 2024.